

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO

**OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO MECANISMOS DE REPRODUÇÃO
SIMBÓLICA DA DOMINAÇÃO MASCULINA**

Luiz Cláudio de Araujo Pinho

BELO HORIZONTE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO

**OS PARTIDOS POLÍTICOS COMO MECANISMOS DE REPRODUÇÃO
SIMBÓLICA DA DOMINAÇÃO MASCULINA**

Artigo científico apresentado ao Curso de Graduação em Ciências do Estado da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências do Estado.

Orientador: Prof. Dr. David Francisco Lopes Gomes

Aluno: Luiz Cláudio de Araujo Pinho

BELO HORIZONTE

2019

RESUMO

O artigo pretende discutir o nível de participação das mulheres na política, discutindo características do sistema partidário brasileiro. O trabalho pretende fazer uma revisão sobre as teorias de Rosa Luxemburgo e de Robert Michels sobre a Sociologia dos Partidos Políticos, tendo a experiência do Partido Social-Democrata Alemão como principal objeto de pesquisa. A partir da leitura, discutir se os mecanismos presentes no interior dos partidos favorece a inserção das mulheres no sistema político. A crise de representatividade dos partidos políticos pode ser ampliada com os conceitos e reflexões do pensamento contemporâneo, especialmente na obra de Pierre Bourdieu, pela forma com que o autor aborda a reprodução dos espaços sociais e campos políticos a partir do estabelecimento das formas simbólicas da dominação masculina.

PALAVRAS-CHAVES: Participação feminina na política, Representação, Mulher, Gênero, Democracia Interna dos Partidos, Campo. Capital Cultural, Capital Simbólico, Burocracia, Dominação Masculina, Habitus.

ABSTRACT

The article discusses the level of women's participation in politics, debating the characteristics of the Brazilian party system. The paper intends to review Rosa Luxemburg's and Robert Michels' theories on the Sociology of Political Parties, having the experience of the German Social Democratic Party as the main research object. From the reading, discuss if the mechanisms present inside the parties favors the insertion of women in the political system. The crisis of representativeness of political parties can be magnified with the concepts and reflections of contemporary thought, especially in Pierre Bourdieu's work, by the way the author approaches the reproduction of social spaces and political fields from the establishment of symbolic forms of male domination.

KEYWORDS: Female Participation in Politics, Representation, Woman, Gender, Internal Party Democracy, Field. Cultural Capital, Symbolic Capital, Bureaucracy, Male Domination, Habitus.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO: AS CRISES DE REPRESENTATIVIDADE TOMAM CONTA DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS | 5 |
| 2. DEBATE ENTRE DUAS TEORIAS CLÁSSICAS DO PARTIDO POLÍTICO: ROBERT MICHELS E ROSA LUXEMBURGO | 8 |
| 2.1. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos, Rosa Luxemburgo (1906) | 14 |
| 2.2. A sociologia do partido político na democracia moderna, Robert Michels (1911) | 18 |
| 3. A REPRODUÇÃO PARTIDÁRIA DA DOMINAÇÃO MASCULINA | 23 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 32 |

1. INTRODUÇÃO: AS CRISES DE REPRESENTATIVIDADE TOMAM CONTA DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

Em junho de 2013, a sociedade brasileira passou por momentos de intensa convulsão política. Uma série de manifestações e protestos desencadeados pela insatisfação com o valor das tarifas de ônibus tomou uma proporção de crise política e social colocando em cheque o funcionamento das instituições democráticas. As pautas dos protestos eram amplas e diversificadas abrangendo a falta de serviços públicos de qualidade e a insatisfação com os gastos do Estado com a realização de grandes eventos esportivos, mas os adversários principais dos manifestantes faziam parte do chamado “sistema”, termo difuso utilizado para designar e denunciar um problema essencial dos regimes democráticos: a crise de representatividade.

No interior da questão da legitimidade da representação parlamentar, um ator fundamental estava associado diretamente ao agravamento da crise: os partidos políticos tradicionais. O sistema partidário brasileiro, após a redemocratização, apresentou uma multiplicidade de legendas e espectros ideológicos. As maiores agremiações partidárias que se revezaram no controle do poder executivo e na maioria do poder legislativo desde o fim do regime militar foram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), continuidade direta da estrutura bipolar do regime militar; o Partido dos Trabalhadores (PT), oriundo do movimento sindical e da experiência intelectual da esquerda brasileira e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), dissidência parlamentar do PMDB que procurou ampliar o ideário do Estado de Bem-Estar Social associado ao capitalismo de mercado. Pelo menos, eram as principais ideias presentes em seus estatutos fundacionais.

A experiência democrática no poder não evitou que os partidos políticos se transformassem em oligarquias políticas reprodutoras de práticas tão autoritárias quanto às que eram comuns no regime militar superado. Os protestos de 2013 afirmaram que os partidos não representavam mais o interesse da população, perdendo

legitimidade para defender questões sociais e causas populares.

No clássico “Sociologia dos partidos políticos”, Robert Michels alertava, no estudo publicado em 1911, que os partidos políticos buscam, acima de tudo, o “eleitoralismo (preocupação exclusiva em ganhar as eleições), seu parlamentarismo (a idéia segundo a qual a política se resume à atuação no parlamento) e o oportunismo pessoal dos líderes, focados nas próprias carreiras e vantagens advindas da posição de direção na organização partidária.”¹ Michels apontava como principais características dos partidos como instituições suas predisposições quase que naturais de oligarquização da política e burocratização interna favorecendo sempre o caciquismo, o elitismo e a perpetuação do baronato nas cúpulas partidárias. Diferentemente do que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX quando as ideologias partidárias expressavam os anseios dos trabalhadores e das massas urbanas em propostas de amplo espectro como as variantes liberais, comunistas, anarquistas, socialistas e sociais-democratas, os partidos na contemporaneidade assumiram feições de máquinas e aparatos técnicos que buscam manter-se à sombra do funcionamento estatal.

O sociólogo Rudá Ricci (2006) apontava que a sociedade civil respondeu à indiferença dos partidos, iniciando um amplo processo de participação organizado em estruturas de redes sociais e fóruns sociais mundiais, envolvendo ONGs e movimentos sociais criticando a rigidez partidária.

O autor também indicou que quanto mais aumentavam os mecanismos de controle social e de fiscalização do Estado, maior foi o afastamento entre partidos e opinião pública². Os partidos passaram a ser “máquinas de tipo empresarial em busca do voto”. As cúpulas partidárias abandonaram o pacto federativo, a negociação no parlamento, a busca de unidade e passaram elas a serem orientadas por assessores parlamentares, especialistas em marketing político, lobistas. Trocaram o político pelo administrativo, substituíram o consenso pela fragmentação oportuna que coloca a governabilidade sempre em risco.

¹ CODATO, Adriano; BRAGA, Maria do Socorro Sousa. DOSSIÊ “O CENTENÁRIO DE SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS, DE ROBERT MICHELS”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 44, 2012. p.5.

² RICCI, Rudá. O ocaso dos partidos. *Folha de São Paulo*: 18/09/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1809200609.htm>, Acesso em: 15 jun.2017.

Os partidos políticos foram percebidos pela opinião pública como estruturas velhas na sua composição, ultrapassadas na sua linguagem, superadas como canais da expressão dos interesses sociais. Como organizações institucionais complexas, os partidos precisam sobreviver às transformações sociais e acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo.

2. DEBATE ENTRE DUAS TEORIAS CLÁSSICAS DO PARTIDO POLÍTICO: ROBERT MICHELS E ROSA LUXEMBURGO

“Quem diz organização, diz oligarquia.” (Robert Michels)
“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.” (Rosa Luxemburgo)

A compreensão da natureza institucional do partido político poderia permitir uma análise um pouco mais aprofundada da relação entre representante e representados. O artigo 1o. da Constituição Federal de 1988, em seu inciso V, informa que o Estado Democrático de Direito está fundamentado no pluralismo político. O artigo 17o. reforça tais fundamentos e acrescenta que a formação de partidos políticos representa o exercício de uma liberdade política fundamental:

Artigo 17 - É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana (...)³

A liberdade de associação política em partidos está entre os direitos políticos essenciais ao pleno exercício da democracia. Como forma de representar os interesses da sociedade, os partidos foram tratados como entidades representativas com autonomia para “definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha”⁴. É portanto de sua responsabilidade estabelecer critérios de seleção de suas ideologias, seus integrantes e suas formas internas de organizar a participação de seus membros.

Na análise sociológica de Max Weber, os partidos políticos assumem a função de construir uma sociabilidade baseada no prestígio político e no poder de seus associados. O partido estabelece uma ponte entre vínculos pessoais compartilhados no seio da sociedade civil e a estruturação de uma organização social burocrática impessoal que visa representar perante o Estado, a busca da obtenção de políticas capazes de atender tais interesses particulares.

³ BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil* - 45 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. pp. 9-15.

⁴ Idem, parágrafo 1o. do inciso IV do Artigo 17o. p. 15.

Segundo a famosa definição de Weber, o Partido Político é “uma associação...que visa a fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente”.⁵

Weber considera que por objetivo, o partido se propõe a conquistar poder político dentro de uma comunidade para fazer valer suas propostas de organização social. Como instituição social, os partidos são estruturas organizativas que administram o funcionamentos dos espaços representativos. Os principais partidos surgiram em contextos históricos que adotaram governos representativos e constituíram parlamentos, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Primeiramente, os partidos eram compostos por pessoas notáveis e com distinção social em suas localidades que representavam famílias aristocráticas, setores da burguesia ascendente, elementos das sociedades que eram considerados honradas pela sua tradição.

A partir do final do século XIX, com o aumento da urbanização, da industrialização e da presença das massas de trabalhadores nas cidades, os partidos passam a se organizar para modificar suas linguagens e estratégias para representar também os interesses dos grupos sociais que se tornaram numerosos e atingidos por graves questões sociais. Como os problemas oriundos da exploração do trabalho no processo industrial se intensificaram, os partidos se viram obrigados a se estruturarem de uma forma mais complexa. As associações partidárias passaram a ser compostas por “uma organização difusa, e estável com um corpo de funcionários pagos especialmente para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático⁶”

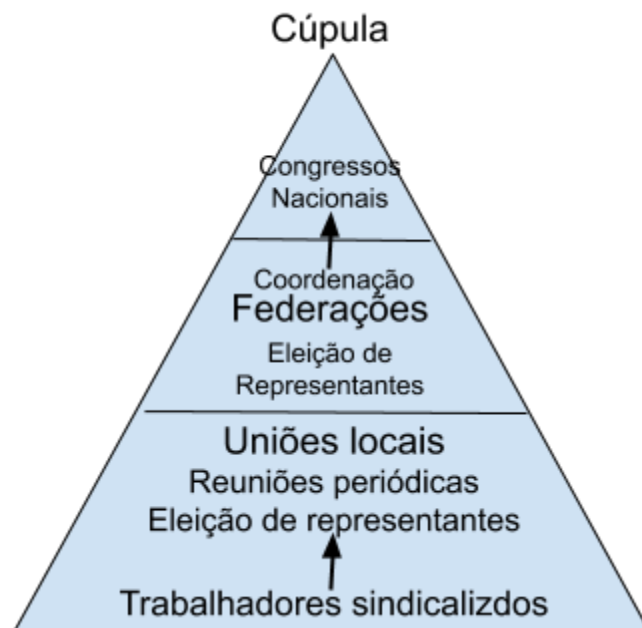
A estrutura partidária era piramidal e procurava capilarizar o atendimento das massas de trabalhadores, possibilitando a presença de representantes dos partidos nas localidades onde estavam inseridos os trabalhadores. As bases eram os bairros ou vilas

⁵ OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp. 898-899.

⁶ Idem. O processo está diretamente relacionado com o aparecimento dos partidos associados aos movimentos operários e ligados à experiência socialista. p. 900.

operárias que eram uniões locais que organizavam sessões ou reuniões para ouvir os trabalhadores e suas queixas associadas ao trabalho. Tais organizações faziam propaganda das ideologias direcionadas pela cúpula partidária, recrutavam membros e elegiam seus representantes para ocupar os órgãos intermediários. Nas camadas intermediárias estavam as federações que coordenavam as estratégias das uniões locais alinhando com os interesses da cúpula partidária. Por fim, os delegados eleitos nas sessões e federações escolhiam os membros da cúpula partidária que estabelecia uma rígida disciplina para manter as instâncias inferiores obrigadas a cumprir as diretrizes determinadas nos Congressos Nacionais dirigido pela cúpula partidária.⁷

Figura 1: Estrutura piramidal dos primeiros partidos de organização de massa.



Fonte: OPPO, Anna. **Partidos Políticos**.
In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política.
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
Gráfico elaborado pelo autor.

A lógica partidária brasileira segue a mesma estrutura organizativa até o presente. Lideranças locais organizam os diretórios municipais, que por sua vez elegem os representantes estaduais e realizam as convenções ou congressos nacionais

⁷ Idem. p. 900.

regularmente, mas com uma ocorrência maior na antecedência dos processos eleitorais.

O modelo retratado acima foi denominado “partido de aparelho” ou “partido de organização de massa” e está relacionado historicamente com a experiência do partido social-democrático alemão no início do século XX e de uma certa maneira se assemelha aos partidos socialistas francês e italiano. Com a introdução do sufrágio universal, os partidos acrescentam uma preocupação decisiva: ao invés de mobilizar associados relacionados à estrutura sindical, precisaram mobilizar eleitores.

A mudança de uma estrutura orgânica relacionada com a experiência compartilhada com os trabalhadores para uma necessidade de buscar apoio num eleitorado urbano cada vez mais difuso, fez com que os partidos optassem por recrutar políticos com maior potencial de comunicação e menor debate ideológico acerca de questões programáticas:

Precisamente por seus objetivos essencialmente eleitorais, a participação dos inscritos na formulação da plataforma política do partido é de natureza formal: mais do que o debate político de base, a atividade crucial do partido é a escolha dos candidatos para as eleições, que devem corresponder a toda uma série de requisitos aptos para aumentar o potencial eleitoral do partido.⁸

No caso do Brasil, tal comportamento é evidente. Para ter que atender um eleitorado cada vez mais urbano, difuso, diferenciado e com múltiplas linguagens, os partidos se esforçam para escolher pessoas notáveis, celebridades, com capacidade de formular discursos genéricos e pouco aprofundados, mas com uma imagem com poder de penetração em variados públicos e camadas sociais. A busca de pessoas conhecidas na sociedade civil facilita a obtenção de uma ampla clientela e favorece o financiamento das atividades de campanha.

No processo de formação histórica dos partidos políticos na cultura ocidental, os partidos de aparelho e organização de massas transformaram-se em partidos eleitorais de massa que desejam atingir todos os eleitores, sem a preocupação de um relacionamento orgânico e programático de suas bases. Ao se voltarem para a busca

⁸ Idem. p. 902

de um amplo eleitorado, de certa forma, os partidos reforçaram uma visão majoritária e empobreceram o debate ideológico. Por se preocuparem na quantidade de eleitores e não na qualidade dos programas, os partidos tornaram-se menos distinguíveis no plano das ideias e mais parecidos no plano do pragmatismo eleitoral. Houve aí uma homogeneização do sistema partidário com graves consequências para a qualidade da democracia representativa.

Outro aspecto relevante foi a mudança política provocada pelo pós-guerra. A necessidade de recuperação das economias ocidentais atingidas pelo conflito, fez com que os Estados ampliassem suas redes de proteção e investissem em políticas públicas redistributivas. O incremento da intervenção estatal trouxe para o interior do Estado, os interesses sociais dos trabalhadores, das massas, atendidos pelos programas estatais de ampliação dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e pelo fortalecimento da seguridade social. Ao serem atendidos, a pressão das massas sobre os partidos e seus respectivos interesses pelo aparelho partidários diminuíram consideravelmente. A participação política das massas nos partidos se enfraqueceu e com ela as máquinas partidárias viram-se colocadas em xeque.

O desenvolvimento desta crise política dos partidos afeta diretamente a questão da representatividade. Quando se olha para a formação dos partidos políticos na história ocidental, é possível identificar com clareza que os partidos políticos desenvolveram duas grandes funções no sistema político. A primeira foi a de servir de porta-voz das queixas e questionamentos políticos da sociedade civil sobre o funcionamento do Estado, representando os interesses das bases e apresentando reivindicações de mudanças nas políticas públicas, legislação e prestação de serviços públicos. A segunda foi a de organizar os processos eleitoral e regulamentar as normas de competição e de recrutamento dos cargos e espaços políticos, profissionalizando a função política. O partido se “constitui sujeito de ação política e é delegado para agir no sistema a fim de conquistar o poder e governar”⁹. Por ter que ser uma dobradiça e fazer uma interface entre os interesses da sociedade civil e os interesses partidários, os

⁹ Idem. p. 904.

partidos protagonizam uma tensão na representação política. Os representantes partidários são encarregados de refletirem os interesses de suas bases, mas não podem descuidar-se de zelar pela manutenção de seu poder e de sua posição no jogo político. Como é possível representar as reivindicações sociais e preservar a sobrevivência política do próprio partido? A questão representa o núcleo do debate entre duas tradições políticas: a crítica feita por Robert Michels à natureza oligárquica dos partidos políticos e a concepção orgânica de partido de Rosa Luxemburgo.

2.1. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos, Rosa Luxemburgo (1906)

As principais correntes ideológicas que orientaram as ações do movimento sindical e permitiram a consolidação dos partidos de organização de massas foram estabelecidas no final do século XIX e início do século XX.

A Associação Internacional de Trabalhadores ou Primeira Internacional Socialista foi fundada em 1864 para articular os ideais da famosa frase que encerrava o Manifesto do Partido Comunista: “Trabalhadores de todos os países, uni-vos!”, publicado em 1848, no auge da Primavera dos Povos. Diversas manifestações e protestos produziram uma pauta de lutas que se converteu no principal conjunto de reivindicações dos partidos. Durante vários anos até 1876, diferentes correntes sindicais e operárias e vários tipos de socialismos debateram os rumos do proletariado e da luta de classes. A diversidade política também significou debates acalorados entre os dois grupos principais: os anarquistas, inspirados em Bakunin e os comunistas, claramente inspirados pelas ideias marxistas.

Socialismo e Anarquismo concebiam papéis diferentes para o Estado. Marx defendia uma fase de transição que denominou como “ditadura do proletariado”, momento em que para se chegar ao comunismo, as lideranças faziam a intermediação do progresso político, organizando as transformações estruturais necessárias para a consolidação do comunismo. Os anarquistas criticaram a proposta marxista desconfiando do Estado como legítimo representante dos trabalhadores, acreditando

que o aparato repressor e opressor privilegiaria os interesses corporativos. Para os anarquistas, a passagem do poder para o povo deve ser direta.

Durante a Primeira Internacional, ocorreu uma insurreição popular na cidade de Paris em 1870. Os cidadãos parisienses, insatisfeitos com os acordos de Napoleão III após a derrota contra a Prússia, investiram contra os poderes locais, ergueram barricadas e ocuparam o controle da cidade em 1871. Durante a experiência da Comuna de Paris de 1871, por 72 dias, um Comitê Revolucionário, estabeleceu um governo popular com ampla democracia, igualdade civil entre homens e mulheres, separação dos poderes do Estado da influência da Igreja, revogabilidade de cargos e mandatos a qualquer momento, quando contrariarem os interesses do povo, fim do exército e criação de milícias populares, determinação de que o salário dos representantes não poderia ser maior do que o de um operário qualificado. O modelo de autogestão popular foi massacrado pelo exército republicano.

As tensões expostas pela Comuna indicaram diferenças entre a democracia representativa (comum entre liberais e socialistas marxistas) e a participação política direta (anarquistas). O conflito levou a expulsão dos anarquistas em 1872 e a transferência da Internacional para Nova Iorque. Outra dissidência da Primeira Internacional foi a criação em 1875 de uma corrente de seguidores de Marx que criaram a social-democracia, corrente ideológica que influenciaria as ideias políticas de Weber e das democracias europeias durante o Estado de Bem-Estar-Social. O equilíbrio entre questão social e desenvolvimento das forças produtivas foi incorporada na formação do Partido Social Democrata Alemão. A Primeira Internacional foi encerrada em 1876.

A Segunda Internacional Socialista iniciou suas reuniões entre 1889 e 1891 e também foi marcada por diferentes correntes ideológicas internas: a) o grupo revisionista de Bernstein, que discordava das ideias marxistas; b) o grupo moderado de Kautsky, que discordava dos revisionistas, defendendo Marx e Engels e c) o grupo radical ou marxista-revolucionário, liderado por Lênin e Rosa Luxemburgo, que defendia um aprofundamento da revolução com renovação das lideranças marxistas.

Rosa Luxemburgo¹⁰ fez a primeira grande crítica à organização do partido de massas ao apontar que o crescimento da social-democracia na Alemanha representava mais um projeto nacionalista e burocratizante do que libertário. O Partido Social Democrata Alemão seria constituído como uma forma moderna para viabilizar a reprodução do capital. Ao analisar a noção do Estado em Marx, SARTORI (2012)¹¹ apontou que o Estado se posiciona como superestrutura que não assume uma dominação direta, mas assegura a ordem política, jurídica e social necessária à reprodução do capital. A necessidade de organização e burocratização das instituições representativas acomoda os conflitos e impede que a ordem econômica seja ameaçada pela luta de classes. A burocratização do partido afasta a organização dos interesses da base, individualiza os sujeitos e os isola da ação política coletiva.

Ao mesmo tempo em que sociedade civil-burguesa e estado são indissociáveis, eles se apresentam de imediato como se autônomos fossem, como se tivessem vida própria. Isso não é fruto senão da própria peculiaridade da ordem que sustenta ambos e que se configura como tal somente quando o fetichismo alcança a esfera política.¹²

A produção intelectual de Rosa Luxemburgo procura compreender tal autonomização da ação política privilegiando a esfera privada, ao publicar a obra “Greve de Massas, Partidos e Sindicatos”, em 1906. Para a autora, ocorre com os partidos políticos o que aconteceu entre a Igreja e os primeiros cristãos.

Para salvar almas, no desenvolvimento histórico da corporação eclesiástica, foram criadas funções e cargos diversos, padres, bispos, arcebispos, cardeais, etc. No processo, a atividade-meio de organizar vira um fim em si mesmo, a sobrevivência da organização¹³. A necessidade de arregimentar pessoas, arrecadar fundos de campanha, promover os processos eleitorais, fez a organização partidária esquecer seu principal objetivo: exercer a função representativa e ser a voz dos questionamentos

¹⁰ TRAGTENBERG, Maurício. Rosa Luxemburgo e a crítica dos fenômenos burocráticos. LOUREIRO, IM; VIGEVANI, T. *Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação*. São Paulo: Unesp, 1991.

¹¹ SARTORI, Vitor B. Apontamentos sobre estado, sociedade civil-burguesa e revolução em Marx. *Verinotio*, Belo Horizonte, n. 14, Ano VIII, out./2012, pp. 28-39.

¹² Idem. p. 32

¹³ TRAGTENBERG. Idem. p. 2.

políticos de sua base. Tal processo está diretamente relacionado à mudança de natureza dos partidos impactada pelo incremento dos direitos sociais e constituição do Estado de Bem-Estar Social. O desenvolvimento capitalista, na fase fordista, favoreceu a disseminação do ideário social-democrata. A constitucionalização de direitos sociais e a ampliação de políticas públicas consolidou a força da social-democracia e transformou revolucionários em funcionários¹⁴.

A social-democracia forneceu um ganho real para os trabalhadores alemães: os direitos sociais assegurados pela legalização dos direitos associados ao trabalho. A conquista de tais direitos superou o idealismo dos socialistas e acalmou os ânimos para a luta. A proteção social obtida pela social-democracia converteu o operariado ao conservadorismo e o partido à burocratização. Para Rosa Luxemburgo a mentalidade burocrática contaminou a experiência sindical e socialista, fazendo algo como uma certo “fetichismo da organização”¹⁵. Em 1906, a autora percebeu tal tendência nos sindicatos e partidos dos trabalhadores alemães, quando suas lideranças estavam mais preocupados em dominar, ao invés de servir os interesses das massas¹⁶.

A crítica de Rosa Luxemburgo não pretendia destruir o partido pela ação direta, como se estivesse defendendo um certo tipo de anarquismo. Ela tentou resgatar o sentido de um certo socialismo “primitivo”¹⁷ de comuna ou de conselho. Uma conexão direta entre o aparelho partidário e as bases através de conselhos populares. Sua preocupação era a participação da base. Uma forma de combater a tirania da cúpula partidária. Lembrando a crítica de SARTORI (2012), o Estado e suas instituições representativas defendem um ideal de cidadão que leva os trabalhadores ao individualismo.

Rosa Luxemburgo retomando as bases do marxismo, defende que o trabalhador só é forte enquanto classe, como indivíduo não pode produzir mudança social. A social-democracia investiu na proteção social e individualizou a assistência social,

¹⁴ TRAGTENBERG. Idem. p. 3.

¹⁵ TRAGTENBERG. Idem. p. 6.

¹⁶ COELHO, Vera SP; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação*. São Paulo, Ed, v. 34, 2004. pp. 23-24.

¹⁷ A utilização do termo faz uma analogia ao cristianismo primitivo que também foi perdendo espaço para a burocratização da igreja.

fortaleceu a organização burocrática do partido, a hierarquização, mas enfraqueceu a mudança social, o papel coletivo da luta organizada. A autora era otimista quanto ao papel do partido. Somente a aproximação das massas da estrutura partidária poderia evitar o destino da burocratização do partido. A participação popular era um antídoto também para a nacionalização da luta operária, o que para a autora teria levado regimes socialistas ao encontro do fascismo. A paixão pela luta e pelo povo, a defesa da liberdade de expressão e de pensamento, fez da autora uma expoente de democracia no interior do socialismo. À tendência imobilista da organização burocrática, a autora defendeu o diálogo permanente com os movimentos sociais.

2.2. A sociologia do partido político na democracia moderna, Robert Michels (1911)

Robert Michels, um sociólogo alemão, radicado na Itália, também partiu da experiência do SPD, Partido Social-Democrata da Alemanha, para constituir o principal objeto de pesquisa para uma crítica do partido político. Sua análise também detecta a burocratização como principal tendência da organização partidária. O diálogo com Max Weber foi fundamental em sua trajetória. Weber, utilizando tipos ideais para classificar os modelos de relação política, considerou que o partido político burocratizado, dominado por um líder carismático poderia conter a tirania das massas ou “ódio desorientado das massas¹⁸”. Na formulação de Max Weber, a burocracia está relacionada ao tipo de dominação racional-legal:

Burocracia é o conceito de uma forma de administração, concebido pelo sociólogo alemão Max Weber, no qual os interesses de organizações públicas ou privadas são racionalmente cuidados por profissionais burocratas. Por se destinar a exercer a administração de interesses de membros de uma associação, que podem estar reunidos até mesmo sob os amplos domínios do Estado, a burocracia é uma forma de poder e dominação.¹⁹

¹⁸ COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. Editora 34, 2004. p. 23.

¹⁹ ELIAS, Gustavo Terra. Burocracia. In: *DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*: volume 2 / Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto (organizadores). Barbacena: EdUEMG, 2015, p. 53.

Os estudos sobre burocracia na obra de Weber são fundamentais para entender a formação do Estado Nacional Moderno. O autor considera a burocracia “a célula germinativa do moderno Estado ocidental²⁰”

A diferença de perspectiva em relação a Weber, foi que Michels considerou a burocracia como um destino. Assim como Rosa Luxemburgo havia diagnosticado o afastamento da cúpula partidária das bases, Robert Michels viu na dinâmica da organização partidária uma direção apontando a dominação oligárquica.

Michels elaborou sua obra “Sociologia do partido político” entre os anos de 1907 e 1910, numa fase de intensos debates no interior da Internacional Socialista. A obra foi publicada em 1911, sob forte influência do pensamento weberiano e focalizando o Partido Social-Democrata Alemão como objeto central da pesquisa. Assim como Rosa Luxemburgo investigou, na origem dos movimentos sindicais, as organizações operárias eram grupos pequenos e participativos.

A distância entre dirigentes e dirigidos no mundo sindical era pequena. A atividade sindical era exercida nas horas livres dos trabalhadores e a relação direta com a luta fazia com que tivessem uma relação orgânica de poder. A expansão das massas, o aumento demográfico, a aceleração da urbanização e o aumento da complexidade da vida social mudaram a natureza das organizações. Para enfrentar tal complexidade, as organizações de massas ou partidos de organizações de massas tiveram que se especializar e realizar diversas tarefas de atendimento das demandas dos sindicalizados. Tal processo sociológico representa em Michels a “raiz mais profunda do fenômeno burocrático²¹”. Para o autor, o aumento da circulação de pessoas e recursos e a especialização exigiu uma direção técnica e concentrada da organização partidária e as cúpulas deixam de ser “órgãos executivos da vontade

²⁰ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. 3ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

²¹ DA SILVA, Antonio Ozaí. O dilema da Social-Democracia (4)-A análise de Robert Michels sobre a burocratização do Partido. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 122, p. 68-73, 2011. p. 68.

coletiva²²” e com o aprofundamento da burocratização “não tardam a se tornar independentes das massas²³”.

Na análise sociológica de Michels, entre as principais causas da burocratização do partido, estão as condições objetivas de trabalho do operariado e o desejo de ascensão de setores das camadas operárias de se aburguesarem na direção do movimento sindical. O aumento de produtividade na fase fordista, com extensas jornadas de trabalho no interior das fábricas retira a energia necessária para ação política. Os operários preferem delegar sua ação política direta a um representante especializado que se profissionaliza e leva suas reivindicações aos espaços de negociação. Tais especialistas passam a enxergar a liderança sindical como uma carreira que proporciona a ascensão social como uma classe pequeno-burguesa. Combinado ao fenômeno sociológico, a realização periódica de eleições, exige arrecadação de fundos de campanha e alianças com setores financiadores. A transformação do partido de organização das massas em partidos eleitorais de massas intensifica a burocratização e especialização.

Para Michels, a intelectualização dos representantes em função da necessidade de especialização leva ao afastamento das bases e a uma transformação psicológica de sua representação. O abandono dos trabalhos manuais e do esforço físico para assumir funções administrativas na organização partidária, leva as lideranças a assumirem um padrão ideológico de comportamento. Os representantes, deixando de ser exemplo e companhia ao lado dos operários, passam a adquirir uma mentalidade de burocrata.

Quanto mais parlamentares o SPD elegia para o Reichstag (Parlamento Alemão), maior a tendência à burocratização. Weber apresentou as seguintes características da administração burocrática: “formalismo, impessoalidade, divisão de competências, hierarquia, conhecimento técnico e uma reforçada estabilização no cargo²⁴. Entre o final do século XIX e 1905, houve um aumento considerável de poder

²² DA SILVA, Antonio Ozai. Idem. p. 68.

²³ MICHELS, R. In: DA SILVA, Antonio Ozai. p. 68.

²⁴ ELIAS, Gustavo Terra. Idem. pp. 53-54.

dos partidos no Parlamento. “Os parlamentares tornaram-se de certa forma, intocáveis e irremovíveis²⁵”. Michels, assim como Weber e Rosa Luxemburgo viu a tendência à burocratização como um processo inerente ao aumento de trabalhadores e intensificação da divisão do trabalho, mas enxergou além e também percebeu que a aproximação do Estado, assumia uma tendência mais profunda: a oligarquização do partido. O passo que leva da burocratização à oligarquização é a aproximação do Estado no exercício parlamentar:

O partido, permanentemente ameaçado pelo Estado do qual depende sua existência, aplica-se conscientemente em evitar tudo quanto possa irritar este último. A própria teoria, vale dizer, a ciência do partido, sofre por vezes atenuações e deformações, quando o interesse externo da organização o exige. A organização torna-se o único nervo vital do partido²⁶.

Novamente, a organização deixa de ser meio e passa a ser um fim. Quanto mais a base cresce, as massas operárias se expandem e são incorporadas ao processo produtivo, maior a dependência das organizações burocráticas. Quanto maior a divisão intelectual da ação política, ficando os operários no esforço físico e as lideranças da organização no trabalho dirigente, maior a formação de uma atitude oligárquica.

A organização torna-se o único nervo vital do partido. Ao transformar-se em fim, a organização prepara o caminho para a sua própria degeneração. O partido não mais se identifica com o conjunto dos seus membros e menos ainda com a classe que diz representar. Tornando-se um fim em si mesmo, ele se atribui interesses próprios que o separa da classe que originalmente representava.²⁷

Ao tratar a oligarquia como o destino inexorável da burocracia, Michels adota um certo fatalismo que SARTORI (1994) criticou. A chamada “lei de ferro da oligarquia²⁸” de Michels considera que a democracia é impossível frente à burocratização da participação política. Segundo a crítica do autor à obra de Michels, a democracia moderna constitui-se em uma “partidocracia²⁹” (partitocrazia), um sistema de partidos,

²⁵ DA SILVA, Antonio Ozaí. Idem. p. 70.

²⁶ MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 222.

²⁷ DA SILVA, Antonio Ozaí. Idem. p. 71.

²⁸ SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994. p. 203

²⁹ SARTORI, Giovanni. Idem. p. 203

em que o foco de poder se deslocou do governo para as decisões dos dirigentes partidários, ou seja, um sistema em que a preocupação com o bem público está abaixo da sobrevivência da própria organização partidária. Na literatura política italiana, a percepção de tal sistema de partidos está sustentado por dois instrumentos principais: o financiamento público dos partidos e a atribuição de cargos em vários setores da sociedade³⁰.

No Brasil, os dois instrumentos foram percebidos em conjunto apenas nas últimas eleições. O financiamento público foi aprovado na Reforma Política de 2017 que mudou a forma do financiamento dos partidos, mas o loteamento de cargos, ensejou forte predisposição à corrupção e provocou crises de governabilidade em quase todos os governos da chamada Nova República (1989-2018), onde foi observado um “presidencialismo de coalizão”, sistema que se sustenta basicamente pelo loteamento dos cargos do governo para abastecer os partidos.

Para o cientista político Sérgio Abranches, o nosso modelo federativo é um tipo específico de “Presidencialismo de Coalizão”³¹, um sistema que possui a necessidade frequente de formar uma ampla coalizão inter-partidária para a formação do gabinete ministerial do poder executivo. O modelo presidencialista brasileiro depende de uma base parlamentar heterogênea, cuja pluralidade de interesses desfaz quaisquer referências ideológicas em nome da governabilidade e por essa mesma constituição fragmentária cria uma dificuldade estrutural de manter a governabilidade, sem sacrificar uma mínima unidade de sentido para os governos que se elegem. O presidencialismo de coalizão indica que os arranjos partidários que se formam para o poder executivo governar o país abandonam a representação democrática legítima dos interesses sociais para atender exclusivamente as necessidades de abastecimento e de formação de pólos de poder no interior do aparelho estatal:

[...] muitas análises do caso brasileiro e, sobretudo, a imagem que se tem passado para a opinião pública do País é que nossas mazelas derivam todas de

³⁰ PASQUINO, Gianfranco. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 905-908.

³¹ ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988. p.19-20

nosso sistema de representação e das fragilidades de nosso quadro partidário. O que fica claro, no entanto, é que nossos problemas derivam muito mais da incapacidade de nossas elites em compatibilizar nosso formato institucional com o perfil heterogêneo, plural, diferenciado e desigual de nossa ordem social.³²

Michels trata a burocratização partidária como uma lei de ferro, isto é, como algo inescapável, um processo “que não pode ser evitado nem interrompido³³”. A sociedade precisa sempre buscar a organização como forma social para dar conta da complexidade de seus desafios. Para Michels, “a organização destrói a democracia e a transforma em oligarquia³⁴”. O fenômeno sociológico da representação, visto pela ciência social de Michels como algo inevitável, permeia todas as relações sociais e políticas. Partidos de representação e opinião tendem a tornar-se partidos organizadores e eleitorais de massas. Vivemos num mundo cada vez mais organizado e burocratizado, cumprindo o prognóstico de Weber acerca da racionalização e desencantamento do mundo. Sem esperança na proposta organizativa dos partidos, Michels, faz uma análise fatalista, do tipo não há democracia nos partidos, mas deixa de ver relações democráticas nas demais relações sociais e comunitárias.

³² Idem. p. 21

³³ SARTORI. Ibidem. p. 205.

³⁴ SARTORI, Idem. p. 204.

3. A REPRODUÇÃO PARTIDÁRIA DA DOMINAÇÃO MASCULINA

Ao se constituírem em territórios das oligarquias, as instituições representativas tradicionais, em especial, os partidos repeliram, em seu desenvolvimento histórico, formas horizontais de participação e reproduziram estratégias de manutenção da hierarquia como forma estruturante. O sistema partidário foi peça fundamental na constituição do modelo liberal da democracia representativa na transição do século XIX até a vigência do Estado de Bem-Estar Social. O partido político foi a instituição política por excelência do que vamos abordar, a partir deste capítulo como campo político da dominação masculina, referindo-se a uma terminologia de Pierre Bourdieu.

A obra de Pierre Bourdieu se insere num amplo projeto de crítica a noção de sujeito tal como foi erguida pela modernidade. Aquilo que dominou o chamado projeto filosófico da modernidade foi a ideia de razão acoplada a ótica dos sujeitos emancipados a partir de sua autonomia, alçando a condição de criaturas auto determináveis e blindadas contra o efeito perverso da opressão das formas pré-modernas de pensamento claramente associadas à religiosidade e tudo aquilo que fosse a preponderância do corpo e dos sentidos sobre o livre-arbítrio dos homens. E ao dizer homens, a palavra indica precisamente o escopo de tal razão. A modernidade foi o exercício individual da razão masculina. Para Bourdieu, o que chamamos de ação, é, na prática social, o processo pelo qual estruturas e esquemas se reproduzem, independente da vontade e do papel do livre-arbítrio.

Faz-se necessário percorrer a terminologia de Bourdieu acerca das formas de representação social e práticas coletivas. Para o autor, a palavra capital foi ampliada. Na interpretação marxista, capital é trabalho acumulado, incorporado, apropriado nas relações sociais. O autor desmembrou a noção de capital e ressignificou a compreensão das formas de circulação dessa energia social. Além do capital econômico, que resulta das horas de trabalho físico incorporado na mais-valia, Bourdieu reconhece que há capital social (contatos e redes sociais) e capital simbólico (prestígio e distinção) como fatores que integram a valoração.

O capital cultural é um conjunto de recursos, de posses e domínios sobre informações, gostos, competências e saberes práticos. Tal capital distintivo está disponível e poder ser mobilizado e operacionalizado por classes sociais que se legitimam como superiores. Diferentemente do capital econômico que circula no processo produtivo, o capital cultural se reproduz através de instituições sociais e práticas sociais cotidianas. A parte que circula em escolas e instituições tradicionais foi denominada por capital cultural institucionalizado. A parte que se forma nas tradições e costumes privados e ambientes íntimos foi tratada por capital cultural incorporado. O capital cultural incorporado reflete habilidades e aptidões característicos do pertencer a uma classe social e só pode ser transmitido de geração por geração através da socialização primária ou familiar. As classes sociais superiores preservam sua capacidade de distinção como poder de distinguir e classificar outras classes ou grupos sociais. O mecanismo de tal reprodução é o ambiente familiar. Sendo assim, o espaço doméstico é estruturante de capacidades, o espaço público estruturado por capacidades que já foram incorporadas no espaço doméstico.

Para Bourdieu, a escola é o mecanismo de reconhecimento do poder simbólico das classes sociais. Ao se deslocar do território familiar do capital cultural incorporado para o território escolar do capital cultura institucional, os sujeitos dão continuidade ao processo de reprodução da estrutura social, recebendo a certificação e credencial escolar do bom capital familiar incorporado. A escola favorece o trânsito de sujeitos que tiveram uma boa consolidação do capital cultural incorporado.

Bourdieu toma a estrutura social a partir de uma dialética entre o estruturante (formação de capital incorporado) e o estruturado (reprodução de capital institucionalizado). Formas de percepção do mundo social seriam estruturas estruturantes, enquanto as formas de apreciação ou reconhecimento do mundo social seriam estruturas estruturadas, definindo gostos, preferências e escolhas. Falar de gosto nas práticas sociais seria reconhecer o que já foi incorporado como prática familiar nas experiências do mundo social. A disposição estética do gosto indica o que é beleza para um determinado segmento ou classe.

Quando chega na escola, o sujeito já incorporou gostos, estilos de vida e sistemas de classificação. Tais sistemas foram compreendidos pelo autor a partir do estudo sistemático dos esquemas de aprendizagem das práticas sociais.

Portanto, antes de aprender a ler, os sujeitos já receberam seus óculos de leitura, sua grade de interpretação ou janela para o conhecimento, os sujeitos adquiriram o que Bourdieu denominou como *habitus*. O autor definiu assim o conceito:

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* - entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados.³⁵

Bourdieu amplia a reflexão sobre os territórios das práticas sociais ao pensar o conceito de campo. Diferente da produção do *habitus* que se forma pela reprodução estrutural, a noção de campo representa um espaço aberto à disputa, as lutas de classes. Há diversos campos: o artístico, o cultural, o político e o econômico. No avanço da modernidade, os campos foram adquirindo racionalidades próprias e se autonomizando. O objeto desta reflexão científica é o campo político.

Por campo político, Bourdieu pensa no lugar onde se trava uma luta simbólica por espaço social, pela possibilidade de reproduzir o gosto e as escolhas de uma classe sobre as demais. No campo político, as classes que acumulam volumes significativos do capital cultural e simbólico, procuram fazer a reprodução dos valores por ela privilegiados se sobreporem ao processo de competição e de luta característico pela disputa de poder. A luta política procura reforçar a prevalência dos mecanismos de reprodução sobre os mecanismos de competição. Os agentes políticos procuram impor sua visão de mundo e seu repertório de categorias explicativas sobre a divisão do mundo social.

³⁵ BOURDIEU, P. *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983. p. 65.

Bourdieu trabalhou com diferentes variáveis para compreender a dinâmica do que o autor denominou como “economia de formas simbólicas”. Na obra “A dominação masculina”, publicada em 1998, o autor estabeleceu uma relação entre classe social e gênero. A obra levantou questionamentos em função da forma como o gênero determina a condição feminina e a expõe a reprodução da violência simbólica. No entanto, a variável gênero demonstrou uma natureza paradoxal e inquietante para os estudos sobre as formas de dominação simbólica. Ora a desigualdade de gênero atua como um fator sobreposto à ideia de classe social, ora ela apresenta uma dinâmica independente.

A questão do gênero na obra de Bourdieu pode ser analisada na forma como o autor concebe a dinâmica do capital cultural. O autor reconhece três formas de reprodução do capital cultural. Duas fazem parte do capital cultural incorporado. O capital cultural incorporado utiliza como principais veículos: as expressões corporais e a posse de objetos distintivos. O veículo principal é o corpo, ou seja, como disposições pré-cognitivas são assimiladas pela postura corporal, compreensão compartilhada no seio da formação familiar e de experiências de interação social na percepção de como outros corpos se comportam nos diferentes ambientes sociais. A posse de objetos pode ser exemplificada pela aquisição de quadros, obras de arte, preferências musicais ou estilísticas que valorizam gostos legitimados por classes sociais valorizadas. O capital cultural institucionalizado, por sua vez, se reproduz pela certificação de instituições sociais como universidades e academias, através de diplomas e títulos.

A distinção social do homem em relação à mulher depende da capacidade de fazer parte de rituais de reconhecimento do capital cultural para convertê-lo em capital social e simbólico. Para poder construir sua carreira, o homem aceita tranquilamente convites para eventos, círculos de poder e viagens que reforçam a troca *inter pares*, ou seja, abrir-se às redes de relacionamento leva a novos convites e novas trocas. Enquanto a mulher, em função da dupla jornada de trabalho doméstico além do trabalho formal, não consegue participar ou aceitar convites para eventos sociais.

Por outro lado a produção de capital simbólico que retroalimenta as formas de capital cultural incorporado depende do culto às atividades e eventos ligados à honra e tradição, ao reconhecimento que se obtém através de ritos de poder, culto à carreira burocrática, protocolos de obtenção de sucesso, representação de modelos de excelência e performance. Valores, ritos e práticas comuns nas organizações burocráticas que sobrevalorizam a hierarquização e a formação de círculos de poder dentro de círculos de poder. Formação de cúpulas e nomenclaturas. Espaços-símbolos que Bourdieu associou antropologicamente ao processo de verticalização característicos dos universos masculinos.

Para ser incorporado, ou seja, converter-se em território simbólico do corpo, o *habitus* depende da experiência da interação social para se reproduzir. Na sua pesquisa sobre a dominação masculina, Bourdieu tinha um propósito original, o de refletir se a dimensão da cultura e da troca de experiências poderia ser capaz de servir de veículo para a mudança social. Em sua ótica, a pesquisa de gênero não serviria a um propósito legítimo se não enfrentasse o desafio de desnaturalizar a dominação masculina, segundo ele o objetivo de sua análise era o de “orientar a pesquisa para um enfoque capaz de apreender a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina”³⁶.

Havia um debate a ser enfrentado pelo autor, que segundo ele, tinha empobrecido as lutas das mulheres, uma ênfase demasiada na questão “performativa da nominação”³⁷. Certos setores do feminismo, estava vivenciando a luta, mirando na atitude individual de gênero. Aproximação inquietante de um valor que alimentava na

³⁶ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 9.

³⁷ No prefácio da obra, Bourdieu faz uma dura crítica ao feminismo de Judith Butler. Embora o autor respeite a história do movimento social, questiona a eficácia da estratégia performativa e solicita atenção para os aspectos jurídicos-institucionais, como aparece no prefácio: É contra estas forças históricas de des-historicização que deve orientar-se, prioritariamente, uma iniciativa de mobilização visando repor em marcha a história, neutralizando os mecanismos de neutralização da história. Esta mobilização marcadamente política, que abriria às mulheres a possibilidade de uma ação coletiva de resistência, orientada no sentido de reformas jurídicas e políticas, opõe-se tanto à resignação a que encorajam as visões essencialistas (biologistas e psicanalíticas) da diferença entre os sexos quanto à resistência reduzida a atos individuais ou a estes happenings discursivos sempre recomeçados que preconizam certas doutrinas teóricas feministas: estas rupturas heróicas da rotina cotidiana, como as "parodie performances" tão caras a Judith Butler, exigem, sem dúvida, demais para um resultado muito diminuto e demasiado incerto.

mesma época a expansão do neoliberalismo: a cultura individualista.

Além de um objetivo científico na demarcação do território masculino do que o autor chamou de arbitrário cultural de gênero, Bourdieu defendia que a obra tinha sido proposta como uma forma de combater o que o autor chamou de “des-historização”³⁸, as lutas políticas deveriam servir como uma forma de combate aos mecanismos de reprodução simbólica na posse dos homens.

O problema da identidade gênero não estava restrito ao problema da representação do corpo, mas a consciência das estruturas sociais que legitimam uma relação de dominação que usa uma justificativa biológica para fazer imperar “uma construção social naturalizada”. Para Bourdieu, o cerne da modelagem de mundo operada pelos mecanismos de reprodução da dominação masculina estava em trazer para o território da natureza o que era construção social, ou seja, naturalizar a dominação para ela ser reconhecida como parte incorporada da mentalidade política e cultural.

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.³⁹

A organização de partidos políticos funcionaria, na semântica de Bourdieu como instituições “verticalizantes”, que estruturam uma ordem masculina pela lógica do falo, para o sentido da hierarquização e da submissão, da subalternidade, da constrição do desejo alheio, da produção de sujeitos e seus correspondentes objetos objetificados. É possível compreender a repulsa de Rosa Luxemburgo e sua repulsa à burocratização partidária porque ela furta a energia gestacional das experiências comunitárias coletivas e horizontais, servindo como templos para o exercício do *habitus* viril. Exercício de mando, de transformação da política em jogo de poder, do esvaziamento da ideia de gestação.

³⁸ Idem. Prefácio.

³⁹ Idem. p. 34.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da crise de representatividade que se aprofundou a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI exige uma abordagem metodológica que não fique restrita a repetição de julgamentos valorativos acerca de personagens ou circunstâncias que catalisam a insatisfação popular ou ganhem espaço no debate midiático. As ferramentas sociológicas, jurídicas e institucionais possibilitam que o debate intelectual acerca do desgaste das instâncias políticas representativas tradicionais seja ressignificado para recuperar a permanência de mecanismos de reprodução simbólica que favorecem a perpetuação do uso abusivo e masculino do poder. Longe de efetuar uma análise da inserção da mulher, colocando-se na condição de protagonizar o que é conquista de lutas e histórias de mulheres, este breve ensaio preferiu colocar no divã e no debate acadêmico a própria natureza da dominação do homem, pelas instituições criadas à sua imagem e semelhança. Das instituições políticas que habitam o campo político, os partidos políticos são a versão melhor a acabada e materializada que o poder simbólico do homem erige para governar as decisões que afetam o jogo do poder.

As desgastadas análises da ciência política preferiram considerar a questão da crise da representatividade pelo viés da “lei de ferro da oligarquia”, como se a estrutura burocrática sofresse de um enrijecimento que a inviabilizasse como forma política, mas as críticas proferidas, tanto por Rosa Luxemburgo como por Robert Michels via nas corporações burocráticas, não somente um problema de mal funcionamento, mas um desrespeito permanente do trabalho de construção política exercido nas bases pelos movimentos sociais e ativistas de direitos. A valorização da ordem e da hierarquia, o culto ao líder, à honra pessoal, ao individualismo, serviram como capital simbólico capaz de tornar submissas e inferiorizadas, práticas sociais coletivas que valorizavam a história, a troca de experiências, a comunhão de valores, a vivência intergeracional. Valores tão familiares e tão peculiares ao mundo da cultura e da interação social. Entre

a base e o topo, a organização partidária compreendeu o mundo como uma arquitetura da estratificação pelo prestígio, pelo status e pelo poder político do homem, como afirmava Weber, em suas análises sobre a classe social.

A instituição do partido como pirâmide, obelisco ou símbolo de poder ascendente, vertical, busca na natureza uma justificativa para a ideia de que o poder deve constituir uma burocracia, uma oligarquia, uma seleção do mais apto, do mais forte, do mais honrado, do mais distinto, implementando através da profissionalização do poder, uma forma de afastar o cidadão comum e substituí-lo pelo burocrata do partido, tecnocrata, meritocrata, do político de sucesso.

Pessoas de carne e osso, querem uma política encarnada e comprometida com a simplicidade no trato das pessoas, menos feita por especialistas e mais assemelhada ao que caminha nas ruas. Na leitura irônica de Rosa Luxemburgo, a organização partidária virou uma organização celibatária, feita para homens que se isolam da ação política coletiva para virarem artífices da ideia de instituição que vira um fim em si mesma. Salvando almas para que as próprias pessoas deixem de buscar a própria salvação, os partidos, na opinião de Rosa Luxemburgo fabricam o culto ao partido, como fetichismo sobre o poder. O partido retira a energia vital, sexual de um revolucionário e o converte em funcionário, burocrata, chato e letárgico. Retira o operário da luta e o entrega ao celibato da ordem burocrática.

Para Robert Michels, a especialização produtiva dos sindicatos e sua correspondente intelectualização das lideranças, cria um distanciamento entre a base e seus dirigentes. Os líderes partidários cruzam a fronteira da burocracia, deixam de ser companheiros sindicais e passam se ver como uma elite, uma cúpula a serviço de si mesma. Irresistível a imagem do chefe partidário, como um amante profissional, um sedutor das massas, mas que somente seduz a si mesmo, em seu narcisismo sedento de cargos e honrarias.

Cabem metáforas sexuais neste ensaio, porque falar de gênero e poder é pensar que o pessoal expressa o político. O político não disfarça o pessoal e o uso do corpo. Para Bourdieu, a dominação masculina é a posse e a produção de corpos disponíveis

para a reprodução da naturalização. O papel da análise sociológica nas ciências sociais é o de desnaturalizar o que se legitimou por convenção e construção social.

Catharine A. Mackinnon afirmou que o sexo é a matriz da luta pelo poder na construção de gênero. “A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que é mais próprio de alguém, porém, aquilo que mais lhe é retirado.”⁴⁰ A burocracia partidária agiu historicamente como elemento que retirou o vigor das lutas sociais, substituindo pelo rigor dos procedimentos formais. Não se trata de ver a política como uma ingênua percepção que retira as obrigações do poder. Mas obrigações do partido, não podem estar acima das questões políticas, dentre as quais a redistribuição do capital simbólico, do valor das práticas sociais está na ordem do dia, sejam das lutas por trabalho digno ou por uma sexualidade digna.

Bourdieu emprega a noção de dominação masculina e de arbitrário cultural para identificar que a cultura que erigiu o controle burocrático como símbolo fálico do poder, também é a mesma que o coloca no alvo dos debates e no objetivo da resistência. Para o autor, as reformas jurídico-institucionais devem ter como alvo a proteção dos espaços coletivos e territórios de direitos contra a investida da penetração da lógica masculina da submissão e da produção da subalternidade e de sujeitos objetos.

Para as análises científicas do Estado, não basta atacar personagens ou personificações individuais do poder, mas a produção do conhecimento sociológico, jurídico e institucional dos mecanismos que sustentam a manutenção de ordens simbólicas geradoras de hábitos de governo e controle, sem governança e abusivos. Desde a concepção de Aristóteles⁴¹, a política foi o controle da igualdade entre os que possuem, mas com a introdução das reflexões simbólicas e de gênero, o debate sobre o poder passou a considerar também atores que geram e fazem gestação histórica de novos atores, potenciais autores de novas formas simbólicas de dominação.

⁴⁰ MACKINNON, Catharine. Feminism, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory. Rio de Janeiro: *Revista Direito e Práxis*, 2016, p. 798-816. Tradução para o português disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25361/18228>, Acesso em 01 nov.2019. p. 801

⁴¹ ARISTÓTELES. *A política*. 1.ed. Coleção Folha: livros que mudaram o mundo. V.11. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

ARISTÓTELES. A política. 1.ed. Coleção Folha: livros que mudaram o mundo. V.11. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 2010.

BRASIL. *Constituição 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil - 45 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CODATO, Adriano; BRAGA, Maria do Socorro Sousa. DOSSIÊ "O CENTENÁRIO DE SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS, DE ROBERT MICHELS". *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 44, 2012.

COELHO, Vera SP; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação*. São Paulo, Ed, v. 34, 2004.

DA SILVA, Antonio Ozaí. O dilema da Social-Democracia (4)-A análise de Robert Michels sobre a burocratização do Partido. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 122, p. 68-73, 2011.

ELIAS, Gustavo Terra. Burocracia. In CASTRO, C. L. ; : *DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*: volume 2 / Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto (organizadores). Barbacena: EdUEMG, 2015.

MACKINNON, Catharine. Feminism, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory. Rio de Janeiro: *Revista Direito e Práxis*, 2016, p. 798-816. Tradução para o português disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25361/18228>, Acesso em 01 nov.2019.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

PASQUINO, Gianfranco. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RICCI, Rudá. O ocaso dos partidos. Folha de São Paulo: 18/09/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1809200609.htm>, Acesso em: 15 jun.2017.

SARTORI, Vitor B. Apontamentos sobre estado, sociedade civil-burguesa e revolução em Marx. Verinotio, Belo Horizonte, n. 14, Ano VIII, out./2012.

TRAGTENBERG, Maurício. Rosa Luxemburgo e a crítica dos fenômenos burocráticos. LOUREIRO, IM; VIGEVANI, T. Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação. São Paulo: Unesp, 1991.

WEBER, M. Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. 3ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994